

FORMAÇÃO POLÍTICA E PEDAGÓGICA: POR UMA EDUCAÇÃO POPULAR E ANTIRRACISTA PARA O INGRESSO NO ENSINO SUPERIOR

Wkellisson Daniel Silva Cabral¹

Prof. Dr. Rodrigo Rosa da Silva

RESUMO

A partir de uma perspectiva antirracista, o presente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) trará à luz a ligação entre violação aos Direitos Humanos e o racismo como obstáculo para o ingresso e permanência de jovens negros e periféricos no ensino superior. Prevendo a construção de práticas de ensino e aprendizagem antirracistas, que possam favorecer o entendimento desta dinâmica do desrespeito aos Direitos Humanos e funcionamento do racismo em nível estrutural, possibilitando, concomitantemente, a elaboração de mecanismos que possam combater as desigualdades socio-raciais.

Palavras chaves: Educação Antirracista; Educação em Direitos Humanos; Desigualdades Socio-Raciais; Acesso ao Ensino Superior; Juventude Negra e Periférica.

¹ Especialista em Educação em Direitos Humanos pela Universidade Federal do ABC.



INTRODUÇÃO

É possível afirmar que a educação popular tem suas bases nos cursinhos populares, essas experiências educacionais, quando praticadas e voltadas à formação cidadã, resultam no entendimento a respeito das barreiras socio-raciais que marcam as vidas e o cotidiano das populações periféricas e mais vulneráveis.

Para a compreensão dessas barreiras, muitos cursinhos estão na esteira de uma educação antirracista, mostrando aos/as seus/suas discentes as diversas formas das violações aos direitos humanos que se manifestam cotidianamente na vida de milhares de jovens negros/as e periféricos/as do Brasil. Principalmente quando se aponta o acesso ao ensino superior, onde poucos/as tem a entrada garantida, visto que o ingresso a este nível educacional é realizado por provas excludentes, que pouco ou nada refletem as experiências destes sujeitos (PEREIRA; RAIZER; MEIRELLES, 2010).

Assim, mesmo com o sucesso das políticas de ações afirmativas nos últimos anos, especialmente com a lei de cotas em âmbito federal, sancionada em 2012 e efetivada um ano depois, chegar ao ensino superior e romper com a histórica dinâmica da exclusão da população negra e periférica ainda não é uma realidade para todos/as. Sendo assim, os cursinhos populares tornam-se espaços que tentam, minimamente, oferecer condições aos jovens negros e periféricos o suporte necessário para que eles possam superar as barreiras estruturais que se materializam nas provas de acesso – e, de certa forma, sanar o déficit formativo causado por uma formação básica muitas vezes precária e vivências que dificultaram uma regularidade em suas vidas escolares (NICOLAV, 2020).

Nesta perspectiva, Pereira, Raizer e Meirelles (2010) destacam que:

Os cursinhos populares se colocam como uma resposta à sociedade assimétrica que cobra de forma igual de seus membros (bastante desiguais) a sua inserção nas estruturas sociais. Tentando romper com o caráter utilitário do ensino, mas não desprezando esta face, os cursinhos populares, via de regra, não apenas reproduzem os conteúdos que são cobrados no vestibular, mas tentam dialogar com a existência dos sujeitos a partir de suas vivências.



Os cursinhos populares, neste sentido, representam a base de formação cidadã de diversos jovens periféricos Brasil à fora, sobretudo as iniciativas construídas por entidades do Movimento Negro, que trazem para seus espaços de reflexão e ação educativa a perspectiva da educação antirracista, cujo foco é o entendimento – para posterior superação – das mazelas causadas pelo racismo estrutural que vigora na sociedade brasileira.

É neste intuito que o presente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) tentará elaborar algumas práticas pedagógicas que contribuam com as pautas vinculadas à luta negra, tendo a educação popular como aliada para uma formação cidadã e antirracista.

1.1 Justificativa:

O racismo no Brasil opera de maneira estrutural, de forma a interferir até mesmo na escolarização da juventude negra periférica, que vê suas chances de ingressar (e permanecer) no ensino superior e disputar espaço de trabalho em diversas áreas diminuídas de maneira significativa. Neste sentido, os cursinhos populares, muitas vezes, suprem diversas demandas da escolarização destes jovens, permitindo o acesso ao ensino superior e a quebra do ciclo de exclusão que persegue as comunidades negras, a despeito das políticas públicas que buscam sanar este cenário.

Compreender todas as frentes populares de lutas pela democratização da educação, especialmente aquelas representadas pelos cursinhos que trazem a educação antirracista como prioridade, é o caminho para entendermos como a sociedade e suas entidades e movimentos sociais participam, com seus recursos, estratégias e demandas, da luta colossal contra o racismo, contra todas as formas de opressão e exploração e, especialmente, na promoção e valorização dos direitos humanos.

1.2 Objetivos:

O presente TCC tem como escopo demonstrar, por meio de um projeto de formação política e pedagógica de viés antirracista, como as várias formas de violações



dos Direitos Humanos afetam ao ingresso de jovens negros e periféricos ao ensino superior, principalmente tendo em vista as universidades públicas. Enfatizando que as desigualdades socio-raciais, que os discentes dos cursinhos populares vivenciam ao longo de suas vidas, interferem na construção do senso de dignidade humana destes jovens.

A execução desse Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) requer materiais como livros, artigos, jornais para estudos e filmografia que relatam o desrespeito aos Direitos Humanos. A partir da leitura e das exibições de filmes será possível realizar oficinas, seminários e rodas de conversas para a explanação do entendimento do conteúdo estudado, sendo parte da formação política pedagógica que o presente TCC tem como objetivo.

As formações políticas pedagógicas têm o intuito avaliativo e a participação do/a aluno/a a partir da interação nas rodas de conversas, de escritos argumentativos dos conteúdos apresentados ao longo das aulas expositivas e, ao final, um seminário para apresentação do que foi visto durante o período de imersão na formação política pedagógica, garantindo aos discentes conteúdos teóricos para futuras práticas formativas protagonizadas por eles.

1.3 Hipótese:

Partindo do pressuposto de que estes/as jovens convivem cotidianamente com violações dos Direitos Humanos, no que concerne ao racismo estrutural – opressão fundante da sociedade brasileira, como elucida Almeida (2020) – e que o custo deste cenário para as vidas de jovens negros e periféricos é imenso, sobretudo no que se refere ao ingresso/permanência no ensino superior e o desenvolvimento da escolarização, entendo que é possível colaborar com a educação antirracista e voltada aos DH quando enfrentamos o tema conjuntamente, com reflexões assentadas na realidade dos estudantes, em diálogo com suas experiências e com a compreensão da estrutura social que viabiliza o racismo.

2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA



Os trabalhos acadêmicos voltados para a discussão da educação antirracista estão permeados por produções relacionadas à questão da população negra no Brasil ao longo da história, que ressaltam a relevância da luta social negra, na forma de organizações e movimentos políticos, na construção de pautas pertinentes à realidade da população e a conquista de direitos imprescindíveis (GOMES, 2017; MUNANGA, 2015).

Na esteira da história do Movimento Negro, é possível ter contato com obras que ressaltam as várias formas de lutas sociais do ser negro/a – destaco algumas destas obras, como o livro “O mundo negro: relações raciais e a constituição do Movimento Negro contemporâneo no Brasil”, de Amílcar Araújo Pereira (2013), e a “Trajetória e perspectivas do movimento negro brasileiro”, de Amauri Mendes Pereira (2008). Essas duas obras pontuam a relevância da compreensão das diferentes maneiras de articulação do Movimento Negro Brasileiro ao longo da história recente do Brasil, possibilitando conhecer ações de entidades negras que reconhecem a educação como os uns dos fatores essenciais na luta contra o racismo (GOMES, 2017; PEREIRA, 2008).

Da mesma forma, estas obras trazem reflexões fundamentais sobre o combate às violações dos Direitos Humanos, tendo em vista o acesso à escolarização, sobretudo ao ensino superior, como caminho para lutas organizadas em torno da pauta antirracista e para a compreensão mais refinada das desigualdades raciais (GOMES, 2017).

Ainda na esteira dos trabalhos acadêmicos, é relevante pontuar as produções da autora Nilma Lino Gomes, principalmente com o livro “O Movimento Negro Educador” (2017), em que a autora destaca as imensas contribuições da luta antirracista e seus resultados para a educação brasileira – em especial tendo em vista o cotidiano no espaço escolar e os currículos escolares propostos para a educação nacional. Segundo Gomes:

Os movimentos sociais são produtores e articuladores dos saberes construídos pelos grupos não hegemônicos e contra hegemônicos da nossa sociedade. Atuam como pedagogos nas relações políticas e sociais. Muito do conhecimento emancipatório produzido pela sociologia, antropologia e educação no Brasil se deve ao papel educativo desempenhado por esses movimentos, que indagam o conhecimento científico, fazem emergir novas temáticas, questionam conceitos e dinamizam o conhecimento (GOMES, 2017, p. 16-17).



Para a autora, os espaços dos movimentos sociais, em especial do Movimento Negro, reverberam reflexões sobre grupos historicamente silenciados, que carregam consigo experiências fundamentais sobre organização política e popular, que são decisivas para a construção das mudanças sociais que tanto almejamos, principalmente em termos da superação do racismo – que para ela depende de um olhar (e ação política) que considere a estrutura que sustenta este cruel sistema de opressão.

Outra obra importante no tocante da estruturação do racismo no Brasil, e como este cenário de desigualdades raciais afeta a população negra, é o livro “Racismo Estrutural”, de Silvio Almeida (2020), que amarra as manifestações de racismo institucionais e estruturais do racismo ao sistema econômico de produção capitalista, argumentando que a luta contra o racismo deve considerar o conjunto das opressões que afetam a população negra mais vulnerável – como raça, classe e gênero.

Para o autor, é preciso encurralar o racismo por meio de uma luta coletiva que considera e reflete sobre múltiplas opressões combinadas, principalmente as que envolvem as vulnerabilidades socioeconômicas que dificultam o acesso aos espaços educativos e, por conseguinte, os espaços de tomada de decisões.

Em consonância com esta assertão, Akotirene (2020) destaca que é preciso complexificar a análise sobre as experiências de opressão e, para tanto, promover uma leitura interseccional da realidade social – tendo em vista que o racismo é “interceptado por outras estruturas” (p. 48). Afetando, por exemplo, a forma como estudantes de comunidades periféricas vivenciam a vida escolar e projetam seus futuros profissionais a partir de seus lugares sociais.

Desta forma, pensar o racismo e o acesso à escolarização (em especial o ensino superior), no sentido dos direitos humanos e da democratização da educação, é refletir sobre como a educação pode contribuir com as necessárias transformações sociais que os grupos mais vulneráveis precisam. Vejo nestas obras contribuições de suma importância para a construção da formação política e pedagógica, dedicada às comunidades periféricas atendidas pelos espaços de educação popular, que o presente TCC pretende realizar.



3. METODOLOGIA E PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

Para aplicação deste projeto serão utilizadas algumas metodologias ativas voltadas às práticas educacionais, como é a sala de aula invertida (em que os/as alunos/as apresentam seus conhecimentos prévios sobre os assuntos tratados nas aulas) e estudos de casos (onde as experiências relatadas pelos/as alunos/as são analisadas tendo em vista o tema proposto para as referidas aulas).

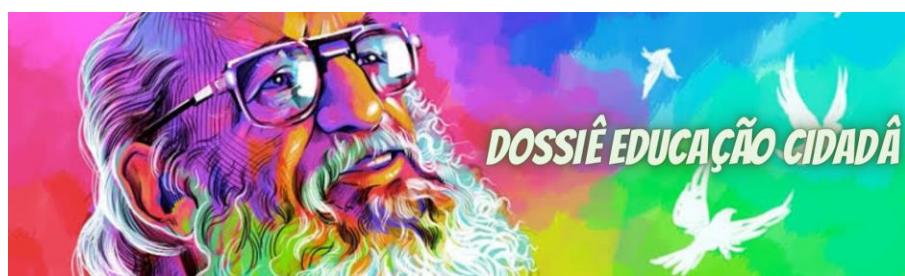
Além disso, utilizaremos a história oral nos momentos de desenvolvimento das atividades de relato de experiência, de forma a acompanhar as contribuições dos/as discentes sobre suas experiências de vida com as desigualdades socio-raciais, que serão aproveitadas nas reflexões das atividades propostas e no texto do presente trabalho.

A história oral é muito utilizada dentro do campo acadêmico em diversas áreas das humanidades, dentre elas a antropologia, a história e em trabalhos da área da educação. Esse recurso facilita aproximação com o objeto de estudo e uma obtenção de resultados ligados diretamente às experiências dos/as participantes – foco do presente trabalho, que tem como finalidade uma formação político-pedagógica a partir da observação dos relatos sobre o racismo cotidiano trazidos pelos/as próprios/as estudantes.

Neste sentido, por meio do recurso da história oral e das demais iniciativas, será possível articular reflexões com atores sociais de diversos movimentos, e, principalmente, com os(as) militantes do Movimento Negro, compreendendo que o trabalho de conclusão de curso está voltado para a temática da educação antirracista direcionada aos valores dos Direitos Humanos e à construção de uma realidade social mais equânime em termos raciais.

Com as propostas metodológicas apresentadas, será possível promover processos educativos direcionados ao diálogo e à troca de experiências, que contribuirão para o melhor andamento das práticas pedagógicas e, concomitantemente, com o desenvolvimento da presente pesquisa. Assim, com a exploração dessas metodologias possa ser possível uma construção de práticas protagonizadas pelos próprios discentes.

3.1 Plano de trabalho e cronograma de execução da proposta de intervenção



Plano de trabalho	Julho/2022	Agosto/2022	Setembro/2022	Outubro/2022
1. Apresentação da formação política pedagógica aos discentes	X			
2. Leitura da bibliografia indicada	X	X	X	
3. Assistir a filmografia indicada	X	X	X	
4. Oficinas com produção de material a respeito do conteúdo	X	X	X	
5. Roda de conversas a respeito das violações dos Direitos Humanos	X	X	X	

4. RESULTADOS ESPERADOS

A partir da aplicabilidade das formações políticas e pedagógicas espera-se que os discentes consigam identificar que o processo de ingresso no ensino superior tem em sua volta algumas formas de desrespeito aos Direitos Humanos, com isso dificultando o acesso dos mesmos às universidades e principalmente ao ensino superior público e gratuito. E que os discentes que passarem pela formação possam se tornar multiplicadores do conhecimento adquirido, se tornando protagonistas das suas ações. Possibilitando a defesa incondicional dos valores dos Direitos Humanos, construindo valor antirracista, fornecendo a todos/as o mecanismo necessário para a construção da dignidade humana.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS



O presente trabalho apresenta condições para realização de formações político-pedagógicas, tendo como escopo a observação e análise de violações dos Direitos Humanos a partir de um olhar racializado para os problemas fundantes da estrutura social brasileira, onde a população negra e periférica, em sua maioria, não tem acesso (e permanência) garantido nos espaços de educação superior.

Nesta perspectiva, as disputas em torno do acesso às universidades se configuram como mecanismos de exclusão sócio raciais. Devido a inúmeros fatores, como o descaso do ensino na educação básica, ocasionado pelo pouco investimento em escolas públicas, pelas violações dos direitos humanos enfrentados cotidianamente por jovens negros/as e periféricos/as, desde a violência policial a não ter vaga em uma escola próxima a sua residência.

Observando esse cenário, foi possível identificar ações que possam prover a diminuição das desigualdades na perspectiva educacional, como são as ações de cursinhos comunitários, onde, para além dos estudos com o conteúdo das provas de vestibulares, são promovidas leituras críticas a respeito do tecido social desigual da sociedade brasileira e as formas como este se espraia na vida dos/as estudantes atendidos/as naquele espaço.

O presente projeto pretendeu contribuir com uma análise crítica das vivências de jovens negros/as e periféricos/as, que enfrentam diariamente violações de direitos humanos e manifestações de racismo. Em suma, instrumentalizar a juventude é parte importante para construir uma sociedade menos desigual, onde os valores dos Direitos Humanos possam ser compreendidos e assim combatendo as diversas opressões como racismo, machismo, homofobia e entre outras.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. Interseccionalidade. Coleção feminismos plurais. São Paulo: Sueli Carneiro; Editora Jandaíra, 2020.

ALMEIDA, Sílvio. Racismo Estrutural. Coleção feminismos plurais. São Paulo: Sueli Carneiro; Editora Jandaíra, 2020.



GOMES, Nilma Lino. O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

MUNANGA, Kabengele. Teoria Social e Relações Raciais I. In: OLIVEIRA, Iolanda de; PESSANHA, Márcia de Jesus (orgs.). Educação e Relações Raciais. Rio de Janeiro/Niterói: CEAD/UFF, v. 1, 2015.

NIKOLAV, Vanessa. Cursinhos populares combinam educação, formação política e entrada em universidades: projetos combatem desigualdades educativas com estratégias de acolhimento e ensino formal. Brasil de Fato, São Paulo/SP, 20 de janeiro de 2020, seção Juventude.

Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/01/20/cursinhos-populares-combinam-educacao-formacao-politica-e-entrada-em-universidades>. Acesso em 13/06/2020.

PEREIRA, Amauri Mendes. Trajetória e perspectivas do movimento negro brasileiro. Belo Horizonte - MG: Editora Nandyala, 2008.

PEREIRA, Amílcar Araújo. O mundo negro: relações raciais e a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Pallas/FAPERJ, 2013.

PEREIRA, Thiago Ingrassia; RAIZER, Leandro; MEIRELLES, Mauro. A luta pela democratização do acesso ao ensino superior: o caso de cursinhos populares. Revista Espaço Pedagógico/REP, v. 17, n. 1, Passo Fundo/RS, p. 86-96, 2010. Disponível em: <http://seer.upf.br/index.php/rep/article/view/2029/1262>. Acesso em 13/06/2020.

